



## ELEIÇÕES 2018

# Vinte parlamentares trocam de Casa no Congresso em 2019

Marcos Brandão/Senado Federal



Presidente do Senado, Eunício avalia que eleições fortaleceram a democracia

## Eunício diz que eleições representam escolha livre e soberana do brasileiro

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que as eleições de domingo fortaleceram a democracia. No Senado, 85% das vagas em disputa serão ocupadas por novos nomes.

Para Eunício, que não se reelegerá, a renovação é natural, fruto de uma escolha livre e soberana do eleitor. Ele disse que deixará a vida pública no ano que vem.

Nas eleições de domingo, foram eleitos para o Senado 16 deputados federais. Já 4 senadores assumem o mandato de deputado no ano que vem. Estreantes na política vão ocupar 9 vagas no Senado

**E**m fevereiro, 16 deputados federais vão assumir uma vaga no Senado. Em contrapartida, 4 atuais senadores foram eleitos para a Câmara dos Deputados. Além dos nomes com experiência parlamentar, o Senado terá, no ano que

vem, nove estreantes na política. O total de novos senadores que jamais haviam disputado uma eleição é maior do que quase todas as bancadas partidárias na nova composição, perdendo apenas para o MDB, com 12 senadores. **4 e 5**

## Estreantes assumem mandato ao lado de nomes experientes que voltam ao Senado

Entre os nove senadores que vão estreitar no Senado em fevereiro, estão cinco ligados ao Judiciário e à segurança pública. Um deles é Fabiano Contarato, delegado da polícia civil no Espírito Santo.

A Casa também verá o retorno de ex-senadores. É o caso de Jayme Campos e Jarbas Vasconcelos, que voltam agora para novo mandato.

## Da Câmara vêm o mais jovem e o mais velho eleitos para as próximas legislaturas

Aos 35 anos, Irajá Abreu é o mais jovem senador da história. Eleito pelo Tocantins, ele chega ao Senado depois de exercer dois mandatos como deputado federal.

Da Câmara dos Deputados, vem também o senador mais experiente da próxima legislatura: Arolde de Oliveira, de 81 anos, que já cumpriu nove mandatos naquela Casa.

## Suplentes tomam posse em janeiro na vaga de titulares eleitos para governo

Em janeiro, três suplentes vão assumir a vaga de titulares eleitos para o governo de seus estados: Ronaldo Caiado, em Goiás, Gladson Cameli, no Acre, e Regina Sousa, vice-governadora do Piauí.

O suplente de Caiado é Luiz Carlos do Carmo. A de Gladson Cameli é Mailza Gomes. E o de Regina Sousa, o deputado estadual Zé Santana.

4 e 5

## Sindicatos criticam diferenciação em aposentadoria

Sindicalistas discutiram, em audiência pública no Senado, proposta que acaba com o tratamento diferenciado para aposentadorias por invalidez. Eles criticaram a diferença no benefício dos aposentados cuja invalidez foi adquirida fora do serviço e dos incapacitados por razões do trabalho. **7**



Em audiência presidida por Paim (3º à dir.), debatedores cobram votação de PEC

## Plenário retoma votações com pauta trancada

O Plenário volta a se reunir hoje para analisar projetos. O primeiro a ser votado tem que ser a medida provisória sobre renegociação de dívidas rurais, que tranca a pauta. Eles também decidirão sobre privatização de distribuidoras de energia. **3**

## Análise de vetos deve ocorrer na próxima quarta

Senadores e deputados devem analisar 15 vetos presidenciais na quarta-feira. Sessão do Congresso foi convocada ontem pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira. Medida provisória sobre agentes de saúde está na pauta. **3**

## Relatório da IFI aponta deficit menor em 2018

O deficit primário do país deve fechar 2018 em R\$ 135 bilhões, resultado melhor do que a meta atual, de R\$ 159 bilhões. A previsão é da Instituição Fiscal Independente, órgão do Senado que divulgou relatório na segunda-feira. **6**

## Comissões terão prazo maior para emendas ao Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento propôs adiar para 8 de novembro o prazo-limite para a entrega de emendas ao projeto de Lei

Orçamentária de 2019. A Comissão de Reforma Agrária aprovou ontem as quatro emendas que o colegiado apresentará. **8**



Valdir Raupp e Wellington Fagundes debatem verba para agricultura

**Colegiado vota benefícios a pessoa com deficiência 7**

**Projetos sobre segurança pública podem avançar 2**



# Comissão analisa projetos sobre segurança pública

Entre as propostas na pauta da CCJ, está a que aumenta a punição para quem se aproveita de criança ou adolescente para praticar crimes. Colegiado também deve sabatar indicados para o TST e o CNJ

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve analisar hoje, a partir das 10h, uma série de propostas para a área de segurança pública. Entre elas, está um projeto do senador Raimundo Lira (PSD-PB) que altera o Código Penal para tornar mais rigorosa a punição do adulto que se aproveitar de criança ou adolescente para cometer crimes.

O PLS 358/2015, que conta com parecer favorável do relator, senador Jader Barbalho (MDB-PA), estabelece que vai responder por crime praticado por menor de 18 anos quem coagir, instigar, induzir, auxiliar, determinar ou, por qualquer meio, incentivar o delito. A pena será aumentada, nessas circunstâncias, da metade a dois terços. O projeto também amplia a pena — da metade até o dobro — no caso de associação criminosa que



Marcos Oliveira/Agência Senado - 6/6/2018

A pauta de hoje da CCJ tem 20 textos sobre segurança e duas sabatinas

envolva o uso de armas ou conte com a participação de criança ou adolescente.

A pauta da CCJ tem outras 19 propostas, como a que define regras mais precisas para condutas consideradas atos de terrorismo (PLS 272/2016), a que permite porte de arma de fogo para agentes de segurança socioeducativos (PLS 333/2017) e a que institui a

Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas (PLC 144/2017).

A CCJ também deve sabatar hoje o desembargador Luiz José Dezena da Silva, indicado para o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), e Maria Cristina Simões Amorim Ziouva, indicada para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

## Dispensado reconhecimento de firma no governo

Fim da obrigação de reconhecimento de firma, dispensa de autenticação de cópias e não exigência de alguns documentos pessoais para o cidadão que precisar de órgãos do governo. É o que prevê a Lei 13.726, de 2018, publicada ontem no *Diário Oficial da União*. O texto também prevê a criação do selo de desburocratização na administração pública e premiação para órgãos que simplificarem o funcionamento e melhorarem o atendimento a usuários.

A nova lei tem origem no substitutivo da Câmara ao PLS 214/2014, do senador Armando Monteiro (PTB-PE), aprovado no Senado em setembro. De acordo com a norma, órgãos públicos de todas as esferas não poderão mais exigir do cidadão reconhecimento de firma e autenticação de cópia de documento, além de apresentação de certidão de nascimento, título de eleitor (exceto para votar ou registrar candidatura) e autorização com firma reconhecida para viagem de menor se os pais estiverem presentes no embarque.

Para a dispensa de reconhecimento de firma, o servidor deverá comparar a assinatura do cidadão com a firma que consta no documento de identidade. Para a dispensa de autenticação de cópia de documento, haverá apenas a comparação entre original e cópia, podendo o funcioná-

rio atestar a autenticidade. Já a apresentação da certidão de nascimento poderá ser substituída por cédula de identidade, título de eleitor, identidade expedida por conselho regional de fiscalização profissional, carteira de trabalho, certificado de prestação ou de isenção do serviço militar, passaporte ou identidade funcional expedida por órgão público.

Quando não for possível fazer a comprovação de regularidade da documentação, o cidadão poderá firmar declaração escrita atestando a veracidade das informações. Em caso de declaração falsa, haverá sanções administrativas, civis e penais.

Os órgãos públicos também não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo poder, com exceção dos seguintes casos: certidão de antecedentes criminais, informações sobre pessoa jurídica e outras previstas expressamente em lei.

### Selo

A nova lei ainda tenta racionalizar e simplificar atos e procedimentos administrativos nos órgãos públicos, que poderão criar grupos de trabalho para identificar exigências descabidas ou exageradas ou procedimentos desnecessários e sugerir medidas legais ou regulamentares para eliminar

o excesso de burocracia.

O texto também prevê a criação do Selo de Desburocratização e Simplificação, destinado a reconhecer e a estimular projetos, programas e práticas que simplifiquem o funcionamento da administração pública e melhorem o atendimento aos usuários dos serviços públicos.

O selo será concedido por comissão formada por representantes da administração pública e da sociedade civil, com base em critérios de racionalização de processos e procedimentos administrativos, eliminação de formalidades desnecessárias, ganhos sociais, redução do tempo de espera no atendimento ao usuário, além de adoção de soluções que possam ser replicadas em outras esferas da administração.

Serão premiados, anualmente, dois órgãos ou entidades, em cada unidade federativa, selecionados com base nos critérios estabelecidos pela nova lei.

Foi vetada, entre outros pontos, a previsão de que a lei entraria em vigor na data de publicação no *Diário Oficial da União*. "Sempre que a norma possua grande repercussão, deverá ter sua vigência iniciada em prazo que permita sua divulgação e conhecimento, bem como a necessária adaptação de processos e sistemas de trabalho", justifica o Executivo.

## Projeto obriga empresas a melhorar informação ao usuário

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) deve analisar hoje a partir das 9h, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 662/2011, que obriga a organização e a apresentação adequadas das informações técnicas e dos preços dos serviços de telecomunicações oferecidos aos usuários.

Relator da proposta, Paulo Rocha (PT-PA) apresentou voto favorável ao texto, já aprovado pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

No relatório, o senador retoma o teor original do texto, ao propor rejeição de duas emendas aprovadas na CTFC, em junho de 2017. Na ocasião, a comissão entendeu que dotar a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) da atribuição de classificar e organizar a oferta de planos e preços dos serviços prestados em regime privado inibiria a inovação e a criatividade das empresas na comercialização de seus produtos.

Paulo Rocha ressalta que a intenção da proposta, de Ângela Portela (PDT-RR), é organizar as informações dis-

ponibilizadas pelas empresas de telefonia celular e banda larga móvel, de banda larga fixa e de TV paga na oferta de seus serviços, notadamente no que se refere aos preços praticados, de forma a criar mecanismos de comparação que beneficiem o consumidor na contratação dos planos e produtos disponíveis no mercado

A comissão deverá analisar ainda o PLS 145/2018, que simplifica os processos de abertura e fechamento de empresas por meio da internet. Do senador José Agripino (DEM-RN), o projeto estabelece a possibilidade de serem praticados atos de constituição, alteração, transformação, incorporação, fusão, cisão, dissolução e extinção de registro de empresários e de pessoas jurídicas por meio de sistema eletrônico acessível pela internet, a ser implementado no prazo de 12 meses, contados a partir da aprovação da norma.

A proposta é relatada por Otto Alencar (PSD-BA), que apresentou voto favorável à aprovação do projeto, a ser analisado em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CAS Lei orçamentária anual**  
9h Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária de 2019. Após, pauta de 16 itens.
- CCT Abertura de empresa pela web**  
9h Entre 43 itens, o PLS 145/2018, que autoriza abertura de empresa via internet.
- CCJ Sabatinas para o TST e o CNJ**  
10h Sabatina de indicados para o Tribunal Superior do Trabalho e o Conselho Nacional de Justiça. Depois, 20 itens.
- CMO Emendas e créditos especiais**  
10h Emendas ao PLOA de 2019 e projetos de lei que abrem créditos especiais. Às 14h30, nova reunião.
- CRE Emendas**  
10h Emendas ao PLOA de 2019.
- CAE Lei orçamentária anual**  
11h Emendas ao PLOA de 2019. Após, pauta de 12 itens.
- CDH Emendas**  
11h Emendas ao PLOA de 2019. Depois, pauta de 27 itens.

- CI Emendas**  
11h Análise das emendas da comissão ao PLOA de 2019.
- CTFC Lei Orçamentária Anual**  
11h Após pauta de 6 itens, emendas ao PLOA de 2019.
- CSF Emendas**  
12h Análise das emendas da comissão ao PLOA de 2019.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**  
14h Abre a pauta a Medida Provisória 842/2018, que concede rebate para liquidação de operações de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).
- CE Lei orçamentária anual**  
14h Análise das emendas da comissão ao PLOA de 2019.
- VIOLENCIA CONTRA MULHER Emendas**  
14h30 Análise das emendas da comissão ao PLOA de 2019.
- CMMC Lei orçamentária anual**  
14h30 Emendas ao PLOA de 2019.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



**Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa>  
 • **Alô Senado:** 0800 612211  
 • **Acompanhe:** Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)  
 • **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)  
 • **TV:** [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)



# Plenário se reúne hoje com pauta trancada por MP

Antes de votar projetos como o que libera a privatização de distribuidoras de energia elétrica no Norte, senadores terão que decidir sobre renegociação de dívidas rurais

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, afirmou que pretende retomar hoje a rotina de votações na Casa. O Plenário tinha ordem do dia convocada para ontem, com 13 itens na pauta. Mas a sessão foi cancelada por falta de quorum. Eunício lembrou que o Senado tem pelo menos 70 dias de trabalho ainda em 2018.

— São 20 dias em outubro, 30 em novembro e 20 em dezembro. Estou aqui. Se tivermos quorum, vou destravar a pauta. Espero que compareçam. Sei que muitos estão envolvidos com a campanha de segundo turno. Mas amanhã [hoje] teremos sessão normal — disse ontem o presidente do Senado.

Na pauta estão temas como a privatização de distribuidoras de energia elétrica, o financiamento para a recuperação de áreas degradadas e a validade de receitas médicas e odontológicas, além de sete acordos internacionais.

Para votar as propostas, no entanto, será preciso avaliar primeiro uma medida provisória que está trancando a pauta: a MP 842/2018, que altera os termos da renegociação de dívidas rurais. O

texto permite a repactuação de débitos, aumenta prazos e concede mais descontos para a quitação.

Só depois de analisarem a MP é que os senadores poderão ir para o próximo item da pauta, o PLC 77/2018. O projeto, do Executivo, abre caminho para a privatização de seis distribuidoras de energia controladas pela Eletrobras na Região Norte. Já foram

negociadas as companhias de energia de Roraima, Rondônia, Acre e Piauí. O governo pretende vender ainda as empresas de Alagoas e Amazonas.

Na pauta também está o projeto que determina que 10% do dinheiro arrecadado com multas ambientais seja destinado à arborização urbana e à recuperação de áreas degradadas (PLC 188/2015).

A proposta, do deputado Ro-

berto Britto (PP-BA), também estabelece que seja destinado para o mesmo fim o montante arrecadado pela cobrança de taxas de autorização de poda e corte de árvores. Cada órgão ambiental competente fixará os critérios e as normas para a aplicação da verba arrecadada. Se passar, o texto vai para sanção.

Os senadores devem avaliar ainda substitutivo elaborado

pela Câmara sobre validade da receita médica no território nacional. Conforme o texto a ser analisado, a receita médica ou odontológica valerá em todo o país, independentemente do estado em que tenha sido emitida (PLS 325/2012).

O objetivo da proposta é permitir que o cidadão possa adquirir os remédios de que necessita onde quer que esteja, inclusive os sujeitos a controle especial. Se passar pelo Plenário, o projeto vai para sanção.

## Acordos

Sete projetos de decreto legislativo aguardam análise. Eles ratificam acordos internacionais firmados pelo Brasil com outros países. O PDS 28/2018, por exemplo, trata de negociação sobre serviços aéreos entre Brasil e Holanda com relação a Aruba, território autônomo holandês do Caribe.

Segundo o acordo, um país concede a companhias aéreas do outro privilégios em operações de pouso ou sobrevo. O texto ainda estabelece um controle simplificado para passageiros, bagagens, carga e mala postal em trânsito direto. Se aprovado, o texto seguirá para promulgação.



Foto: Agência Senado - 12/10/2018

Senadores devem voltar a se reunir hoje em Plenário para votar 13 textos, entre eles 7 acordos internacionais

## Congresso deverá analisar vetos presidenciais na quarta-feira

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, convocou sessão deliberativa do Congresso para quarta-feira, quando senadores e deputados devem analisar 15 vetos do presidente da República, Michel Temer, a projetos aprovados pelo Legislativo. Na segunda-feira, haverá sessão solene destinada a comemorar os 30 anos do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis).

Está na pauta de quarta-feira o veto a dispositivos do projeto que resultou na Lei 13.708, oriunda da Medida Provisória 827/2018. A MP tratava da regulamentação da atividade de agentes comunitários de saúde e de combate às endemias. No Congresso, foi inserido no texto um piso salarial nacional.

O governo vetou dispositivo que fixa o piso salarial dos agentes em R\$ 1.550, a ser pago de maneira escalonada até 2021 — R\$ 1.250, em janeiro de 2019; R\$ 1.400, em janeiro de 2020; e R\$ 1.550, em janeiro de 2021. As alegações são de que os dispositivos vetados violam a iniciativa reservada do presidente da República sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua re-

muneração. Os parlamentares anunciaram que pretendem derrubar o veto.

Outro veto a ser analisado refere-se ao projeto que originou a Lei 13.709, que criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, prevista no Marco Civil da Internet.

O tema mobilizou o Congresso principalmente depois do vazamento de dados dos usuários do Facebook, coletados pela empresa Cambridge Analytica e usados nas últimas eleições nos Estados Unidos.

### Bancos de dados

O governo vetou dispositivo que obrigava a publicidade de dados pessoais compartilhados com entidades de direito público. Foi vetada também a suspensão do funcionamento de banco de dados ou a proibição do exercício de suas atividades por conta de infrações à Lei 13.709.

O presidente Temer não só apontou vícios de iniciativa, como alegou que os dispositivos vetados podem tornar inviável o exercício regular de algumas ações públicas como as de fiscalização, controle e polícia administrativa, além de gerar insegurança aos responsáveis pelas informações.

Outro veto que deve render discussões é o referente a

dispositivo da Lei 13.703, de 2018, que concedeu anistia aos caminhoneiros e às empresas transportadoras em relação às multas e sanções relacionadas à greve da categoria, entre 21 de maio e 4 de junho. A nova lei teve origem na MP 832/2018, que instituiu a política de frete mínimo para o transporte rodoviário de cargas.

O Planalto alegou que a concessão de anistia às multas é inconstitucional, pois afronta o artigo 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, segundo o qual o poder público não pode renunciar a receitas. Argumenta ainda que a aplicação das multas e sanções previstas no Código de Trânsito Brasileiro foram impostas por decisão judicial cautelar em tutela provisória e em função do poder de polícia do Estado. “Além de representar ingerência fiscal reflexa entre os Poderes, a propositura deveria estar acompanhada de seu impacto orçamentário e financeiro como requisito de validade”, conclui o governo.

### Microempresas

Alterações no Simples Nacional também estão de volta à pauta do Congresso, com o veto ao projeto (PLP 500/2018) que permite a readmissão, em 1º de janeiro, dos micro-

empreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte excluídos do regime especial do Simples Nacional em razão de dívidas tributárias. A proposta, vetada integralmente pelo Executivo, foi aprovada no Senado por unanimidade.

De acordo com o texto do deputado Jorginho Mello (PR-SC), para retornarem ao Simples, os interessados deveriam aderir ao Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pert-SN) criado pela Lei Complementar 162, de 2018, que autoriza o refinanciamento das dívidas fiscais (Refis) das empresas.

Após consulta aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento e à Advocacia-Geral da União, Temer argumentou que o projeto ampliaria a renúncia de receita, em desacordo com as metas fiscal e orçamentária.

Senadores e deputados devem analisar ainda o veto ao projeto que originou a Lei 13.684, que excluiu o trecho que instituiria uma espécie de cota de recepção a imigrantes por estado ou município.

O Poder Executivo justificou o veto alegando que o dispositivo violaria o direito de locomoção, que é garantido pela Constituição e se aplica

a brasileiros e estrangeiros.

A lei teve origem na MP 820/2018, aprovada pelo Senado em junho. A edição da norma foi motivada pela crescente imigração de venezuelanos para o estado de Roraima, mas suas regras podem ser aplicadas também a outras situações, como o fluxo de haitianos para o Acre, cujo auge foi entre 2012 e 2015.

### Cota de migrantes

Depois de fechar acordo com os parlamentares, o presidente da República vetou a emenda que previa uma espécie de cota para os entes federados receberem imigrantes.

O texto enviado pelo Congresso à sanção estabelecia que, para distribuir os migrantes pelo país, o governo federal, em colaboração com estados e municípios, poderia propor cotas de migrantes a serem absorvidas por região, a partir de avaliação técnica da capacidade de absorção do território, observando as condições específicas das pessoas a serem acolhidas, como a existência de vínculo familiar ou empregatício no país.

Com Agência Câmara

Confira todos os vetos a serem examinados: [bit.ly/pautadevetos](http://bit.ly/pautadevetos)



# Dezesseis deputados são eleitos para o Senado e quatro senadores vão para a Câmara

Entre os deputados que assumirão uma vaga no Senado em fevereiro, estão Irajá Abreu, o mais jovem senador da história, Major Olímpio, Mara Gabrilli e Zenaide Maia. Muitos deles poderão acompanhar no Senado projetos apresentados durante o mandato de deputado. Para a Câmara, irão os atuais senadores Acácio Neves, Gleisi Hoffmann, Lídice da Mata e José Medeiros

ENQUANTO QUATRO SENADORES foram eleitos para a Câmara dos Deputados, as eleições deste ano garantiram uma vaga no Senado para 16 deputados. Entre eles, Irajá Abreu (PSD-TO), de 35 anos, que está no segundo mandato e foi eleito o senador mais jovem da história. Já entre a velha guarda da Câmara, está Arolde de Oliveira (PSD-RJ), de 81 anos, no nono mandato consecutivo como deputado e que agora assume no Senado. Para compor a bancada feminina, tomará posse como senadora a atual deputada federal Zenaide Maia (PHS-RN).

## Dobradinhas

Em três estados, as duas vagas para senador que estavam em disputa neste ano serão preenchidas por atuais deputados federais. É o caso do Maranhão, que elegeu Weverton Rocha (PDT) e Eliziane Gama (PPS) para o Senado.

Por São Paulo, assumirão os deputados Major Olímpio (PSL), que está no primeiro mandato, e Mara Gabrilli (PSDB), atuante na Câmara desde 2011. Ela, que é cadeirante, tem dois projetos em

tramitação no Senado. Um deles (PLC 42/2017) garante tratamento, pelo Sistema Único de Saúde, de doenças neuromusculares com paralisia motora.

Também vêm da Câmara, por Santa Catarina, Esperidião Amin (PP), que já foi senador de 1991 a 1999, e Jorginho Mello (PR), eleito duas vezes deputado federal. Ele terá chance de deliberar sobre cinco propostas de sua autoria já em tramitação no Senado. Um dos projetos obriga o uso de detectores de metal e de gravação contínua de imagens em eventos realizados em ginásios e estádios esportivos (PLC 67/2017). Outra proposta obriga a transmissão aos herdeiros de todos os conteúdos das contas ou arquivos digitais de titularidade do autor da herança (PLC 75/2013).

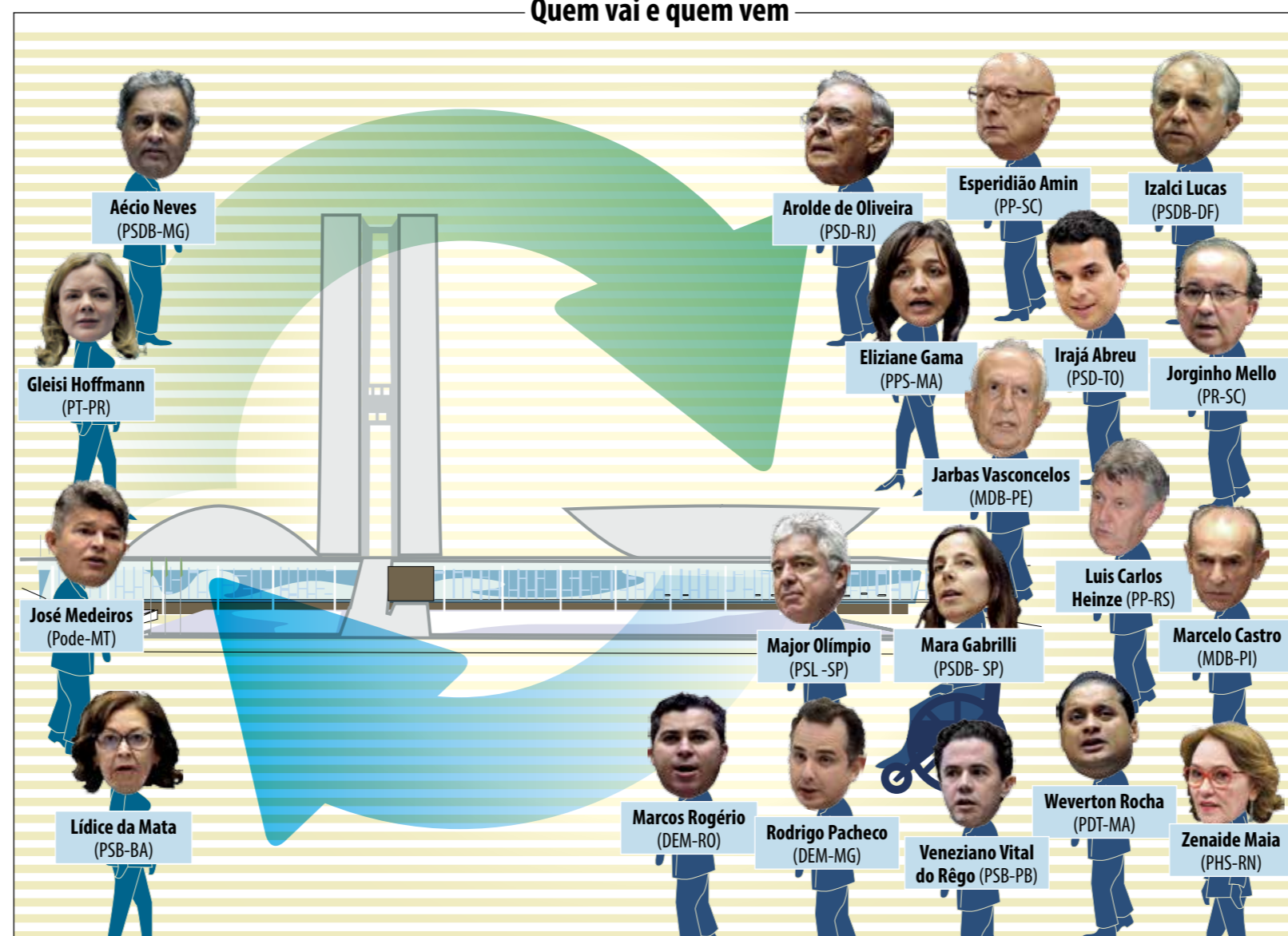
## Novos nomes

Mais um parlamentar a tomar posse no Senado será Marcos Rogério (DEM-RO). Duas vezes eleito deputado federal (em 2010 e 2014), foi relator no Conselho de Ética da Câmara do processo que cassou o ex-presidente daquela Casa, Eduardo Cunha.

É de Marcos Rogério o projeto que tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado para garantir que detentos com idade entre 18 e 21 anos ocupem espaços separados nas penitenciárias (PLC 43/2015).

Completam a lista de novos senadores os deputados federais Luis Carlos Heinze (PP-RS), na Câmara desde 1999; Izalci Lucas (PSDB-DF); Marcelo Castro (MDB-PI); Rodrigo Pacheco (DEM-MG); Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB); e Jarbas Vasconcelos (MDB-PE), que voltará a defender no Senado os projetos que apresentou em seu mandato como senador, de 2007 a 2015. É dele, por exemplo, proposta em tramitação que obriga os órgãos da administração pública federal a divulgar, semestralmente, seus gastos com publicidade, em qualquer meio de comunicação (PLS 86/2014).

Por outro lado, foram eleitos para o mandato de deputado federal quatro de seis senadores candidatos a uma vaga na Câmara. São eles Gleisi Hoffmann (PT-PR), Acácio Neves (PSDB-MG), Lídice da Mata (PSB-BA) e José Medeiros (Pode-MT).



## Senado terá nove nomes estreados na política e retorno de senadores experientes

Após a eleição com maior renovação da sua história, o Senado terá na legislatura, em 2019, nove estreados na política. O total de novos senadores que jamais haviam disputado uma eleição é maior do que quase todas as bancadas partidárias na nova composição.

O grupo de futuros senadores estreados na política superará em 2019 a segunda maior bancada partidária do Senado (PSDB, com 8).

Além disso, o pleito de 2018 garantiu ao Senado um número expressivo de senadores eleitos ligados à área da segurança, como policiais e militares. São sete novos senadores ligados ao setor. Caso eles compusessem

um único partido, seriam a terceira maior bancada do Senado.

Há também os eleitos ligados ao agronegócio: Márcio Bittar (MDB-AC), Jayme Campos (DEM-MT), Luis Carlos Heinze (PP-RS) e Irajá Abreu (PSD-TO). Heinze, que é deputado federal, chegou a ser presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária.

Jorge Kajuru (PRP-GO) e Carlos Viana (PHS-MG) são jornalistas e apresentadores de televisão com longa carreira. Marcos Rogério (DEM-RO) foi radialista e repórter de TV e Plínio Valério (PSDB-AM) também trabalhou em rádio. Já Eliziane Gama (PPS-MA) é formada em jornalismo, mas não se projetou na área.

A onda dos novatos contribuiu

para o crescimento de algumas das legendas que terão aumentos robustos de representação na Casa a partir de fevereiro do próximo ano. É o caso da Rede, a legenda que mais trouxe novatos para o Senado: Fabiano Conterato (ES), Capitão Styvenson (RN) e Alessandro Vieira (SE) são membros do partido. Com a ajuda deles, o partido subirá de um para cinco membros.

O PSL, que não tinha senadores e agora terá quatro, trouxe duas senadoras: Soraya Throni-cke (MS) e Selma Arruda (MT). O Podemos cresceu principalmente com a adesão de senadores já atuantes, mas também terá um novato: o professor Oriovisto Guimarães (PR).

A taxa de renovação no Senado se refere também ao grande número de senadores que não se reelegeram. No entanto, alguns ex-senadores, que não ocupam cadeiras hoje, conseguiram retornar à Casa.

Eram 15 as candidaturas de ex-senadores que tentaram uma nova passagem pelo Senado, mas apenas 4 foram bem-sucedidas. Esperidião Amin (PP-SC) foi o mais votado em seu estado. Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) era deputado federal e Jayme Campos (DEM-MT) ocupava a Secretaria de Assuntos Estratégicos do município de Várzea Grande (MT). O quarto ex-senador que volta é Flávio Arns (Rede-PR), que cumpriu mandato entre 2003 e 2011.

## Nova bancada tem o senador mais jovem já eleito no Brasil

Um senador eleito com 35 anos e um com 81 anos foram, respectivamente, o mais novo e o mais velho eleitos para o Senado em 2018. Irajá Abreu (PSD-TO) e Arolde de Oliveira (PSD-RJ), que tomarão posse em 2019 para mandatos de oito anos, são os dois polos da lista de 54 senadores eleitos, cuja média de idade ficou em 56 anos.

A idade de Irajá é um recorde. Ele, que tem 35 anos, é o senador mais jovem já eleito, com a idade mínima exigida para ocupar o cargo. Em 2014, Gladson Cameli (PP-AC) foi eleito com 36 anos. Em 2010, havia sido a vez de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), o mais jovem da sua legislatura, com 37 anos.

O senador mais velho eleito em 2018 é Arolde de Oliveira, de 81 anos. Apesar de ser o eleito com mais idade, ele não será o senador mais velho. José Maranhão (MDB-PB), eleito em 2014 com 81 anos, hoje tem 85 anos de idade.

A faixa etária com mais senadores eleitos, de acordo com dados do TSE, é a de 55 a 59 anos, com 12 representantes, 22% do total. Se agrupadas as faixas entre 45 e 69 anos, o total de senadores eleitos em 2018 é de 39, número que representa 72% do total.

A faixa entre 35 e 39 anos, entre 40 e 44 anos e entre 70 e 74 anos têm quatro senadores cada uma. Já os recortes entre

75 e 79 anos e entre 80 e 84 anos registraram um senador eleito em cada um.

Média de idade	
FAIXA ETÁRIA	ELEITOS
35 a 39 anos	4
40 a 44 anos	5
45 a 49 anos	7
50 a 54 anos	6
55 a 59 anos	12
60 a 64 anos	7
65 a 69 anos	7
70 a 74 anos	4
75 a 79 anos	1
80 a 84 anos	1
TOTAL	54

## Para Ana Amélia, renovação do Congresso é recado da sociedade contra a corrupção

Candidata a vice-presidente na chapa de Geraldo Alckmin (PSDB), quarta colocada na disputa, Ana Amélia (PP-RS) destacou a renovação recorde do Congresso. Para ela, o resultado é um recado da sociedade, cansada da corrupção.

Dizendo-se vítima de fake news durante a campanha, Ana Amélia criticou o PT e anunciou o apoio, no segundo turno, ao candidato do PSL, Jair Bolsonaro.

## Raimundo Lira destaca vitória do candidato do PSL em cidades do Nordeste

Raimundo Lira (PSD-PB) destacou que a população das capitais e grandes cidades do Nordeste deram a vitória ao candidato Jair Bolsonaro (PSL). Ele citou Campina Grande, onde ele obteve mais de 50% dos votos válidos. O senador negou que Bolsonaro tenha a intenção de modificar a legislação do 13º salário.

— O 13º e as férias são absolutamente intocáveis.

## Regina resalta aumento da bancada feminina e denuncia fake news

Eleita vice-governadora do Piauí no domingo, a senadora Regina Sousa (PT-PI), que concorreu na chapa de Wellington Dias, classificou como positiva a vitória de mais candidatas para a Câmara.

Sobre o segundo turno das eleições, sem citar Jair Bolsonaro (PSL) pelo nome, ela acusou a campanha dele de apelar à violência contra opositores e espalhar notícias falsas.

## Wellington Fagundes parabeniza os candidatos eleitos em 7 de outubro

Wellington Fagundes (PR-MT) parabenizou os candidatos eleitos. Ele disputou o cargo de governador de Mato Grosso e ficou em segundo lugar. Mauro Mendes (DEM) foi eleito em primeiro turno. Wellington teve 19,56% do total de votos. O senador agradeceu o apoio de prefeitos e vereadores na campanha e ressaltou que a eleição mostrou o fortalecimento da democracia.

## Telmário elogia eleição de deputada indígena e se diz neutro no segundo turno

O senador Telmário Mota (PTB-RR) anunciou ontem que manterá a neutralidade no segundo turno das eleições para o governo de Roraima. Ele agradeceu aos eleitores pelos votos recebidos como candidato a governador. Telmário ficou em quinto lugar. Ele destacou ainda a eleição de uma indígena como deputada federal pela primeira vez na história do Brasil, Joênia Wapichana (Rede).

## Resultados mostraram que população quer mudanças na política, afirma Lasier

Para Lasier Martins (PSD-RS), “as urnas gritaram por mudanças na conduta da política brasileira”. Segundo ele, não é possível ignorar o que os brasileiros disseram no domingo.

O senador descartou que haja uma volta ao conservadorismo. Para ele, o pedido por transparência e melhor gestão pública não pode ser encarado como retorno ao conservadorismo.

## População deu recado generalizado à classe política, afirma Valadares

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) atribuiu a renovação na bancada do Senado e em todo o Brasil a atos que decepcionaram aos eleitores, como a corrupção. Isso levou a população a dar um recado generalizado à classe política, avaliou.

Valadares, que não foi reeleito para o cargo de senador, fez uma retrospectiva de sua atuação no Senado.

## Eunício: “Jamais me decepcionarei com a democracia”

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou ontem que o resultado das eleições de domingo fortaleceu a democracia e representou “a escolha livre e soberana do eleitor brasileiro”. O índice de renovação no Senado foi de 85% — ou 46 dos 54 cargos em disputa.

— O eleitor tomou uma posição de renovar o Congresso. A democracia é bela porque é assim. Por exemplo: eu perdi as eleições por 0,16% dos votos, em um colégio eleitoral de 6 milhões e 200 mil eleitores. Isso é natural. Eu jamais me decepcionarei com a democracia. Ela é exatamente isso: a escolha livre e soberana do eleitor brasileiro — disse.

Para Eunício, o resultado adverso “é natural no regime

democrático”. O senador voltou a dizer que, a partir de fevereiro de 2019, vai se “recolher à vida pessoal”.

Sobre a disputa em segundo turno das eleições presidenciais, ele afirmou que, independentemente do resultado das eleições, pretende estar em Brasília no dia 1º de janeiro de 2019 para dar posse ao futuro chefe do Poder Executivo.

— A população tinha vários candidatos e escolheu dois para o segundo turno. Quem vencer tem que ter equilíbrio para harmonizar o Brasil, que está muito atritado. A democracia não permite a intolerância. Ela permite a convergência na divergência. Eu estarei aqui de plantão no dia 1º de janeiro de 2019 para dar posse ao novo



Eleitor tomou decisão de renovar o Congresso, disse presidente do Senado

presidente da República, seja o ex-ministro Fernando Haddad (PT), seja o deputado Jair Bolsonaro (PSL) — afirmou.

## Suplentes assumirão vagas de quem vai para governos

Três senadores elegeram-se para postos nos governos de seus estados. Com isso, abrem espaço para que seus suplentes assumam a titularidade.

Dois deles elegeram-se governadores já no primeiro turno: Ronaldo Caiado (DEM), em Goiás, e Gladson Cameli (PP), no Acre. Regina Sousa (PT) foi eleita vice-governadora do Piauí na chapa liderada pelo atual governador, Wellington Dias (PT). Todos tomam posse no dia 1º de janeiro, e os suplentes poderão assumir logo em seguida.

O primeiro suplente de Caiado é o empresário Luiz Carlos do

Carmo (MDB). Em entrevista à Rádio Senado, ele informou que terá como prioridades a reforma tributária e a geração de empregos. O mandato como titular vai até fevereiro de 2023.

A primeira suplente de Gladson Cameli é Mailza Gomes (PP). Em declarações à mídia acriana, ela tem reiterado que dedicará o mandato à área social, em especial aos setores de saúde, educação e segurança pública. O mandato também vai até 2023.

O suplente de Regina Sousa é o deputado estadual Zé Santana (MDB), que reelegeu-se para a Assembleia Legislativa do Piauí.

A posse para o novo mandato está prevista para o dia 1º de janeiro, a mesma data prevista também para que Regina assuma o posto de vice-governadora.

Por causa dessa situação, o Senado poderá contar durante o mês de janeiro com 80 senadores em vez de 81, caso Zé Santana opte por não assumir a vaga no Senado, já que o mandato termina no dia 31 de janeiro. Ele também terá como opção licenciar-se da assembleia legislativa assim que Regina deixar o Senado, retornando para a assembleia a partir de fevereiro, após o término do mandato.



Luiz Carlos do Carmo, Mailza Gomes e Zé Santana devem ser representantes dos estados de Goiás, Acre e Piauí no Senado





# Deficit será menor em 2018, avalia instituição

De acordo com o novo Relatório de Acompanhamento Fiscal da IFI, as contas do país terão comportamento melhor que a meta atual por causa do aumento da arrecadação

O BRASIL PODERÁ fechar o ano de 2018 com deficit primário de R\$ 135 bilhões, resultado melhor que a atual meta de R\$ 159 bilhões negativos. A avaliação é da Instituição Fiscal Independente (IFI), que divulgou na segunda-feira o Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de outubro.

Para a instituição, os números deverão ser alcançados em razão da melhora na arrecadação do governo, mesmo a economia continuando em recuperação lenta e o nível de desemprego se mantendo alto. Para a IFI, a retomada econômica do país só será concreta e sustentável se o equilíbrio das contas públicas for mantido.

A meta fiscal é o resultado da gestão financeira a ser entregue pelo governo federal e registrado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).



Reprodução/MTF

A IFI aponta que o desemprego, apesar de alto, vem diminuindo lentamente no país desde março de 2017

A expectativa da receita a ser arrecadada menos a estimativa de gastos ao longo do ano (os gastos com o pagamento dos juros da dívida pública não entram na conta) leva ao

chamado resultado primário. A meta fiscal é o valor do resultado primário que o governo deve atingir.

O assunto ganhou relevância em agosto de 2016, com

a aprovação pelo Congresso Nacional da alteração das metas fiscais para 2017 e 2018. O texto foi sancionado pelo presidente Michel Temer em setembro do ano passado. Para

2018, o governo está autorizado a registrar deficit de até R\$ 159 bilhões.

## Aumento do PIB

O relatório também aponta que, embora o terceiro trimestre de 2018 mostre um pequeno aumento do produto interno bruto (PIB), a projeção da instituição para o crescimento da economia brasileira continua em 1,6% para 2018 e em 2,4% para 2019.

Já a taxa de desemprego no país continua alta (12,1%), mas vem diminuindo lentamente desde março de 2017. A redução do desemprego é ancorada principalmente no setor informal. Para a IFI, a queda moderada do desemprego “reflete a lenta recuperação da atividade econômica”.

Baixe a íntegra do relatório: <http://bit.ly/relOutubro2018>

## Texto retoma empresa brasileira de capital nacional

Tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto que restabelece o conceito de empresa brasileira de capital nacional, abrindo a possibilidade de concessão de “benefícios especiais temporários” às empresas que sejam consideradas estratégicas para o país.

O objetivo do PLS 89/2014, apresentado pelos senadores Roberto Requião (MDB-PR) e Cristovam Buarque (PPS-DF) e pelo ex-senador Pedro Simon, é restaurar, na forma de lei ordinária, o texto do artigo 171 da Constituição, revogado em 1995. O artigo considerava empresa brasileira de capital nacional aquela sob controle efetivo (entendido como a maioria do capital votante e o exercício do poder decisório sobre as atividades) de pessoas domiciliadas e residentes no país.

Os autores argumentam que retirar essa definição do texto constitucional “causou graves prejuízos aos interesses do país”. Segundo eles, que dedicaram o projeto à luta do

presidente João Goulart pela empresa nacional, a revogação do artigo, pela Emenda Constitucional 6, promoveu a simples desconstitucionalização da questão, o que não impede que a definição de empresa brasileira de capital nacional possa ser reintroduzida por meio de projeto de lei sem necessidade de alteração na Constituição. Eles acrescentam uma proposta para que o projeto seja submetido a referendo popular.

O texto ainda permite que a legislação conceda benefícios temporários a empresas brasileiras estratégicas para a defesa nacional ou para o desenvolvimento do país e, no caso de “setor imprescindível ao desenvolvimento tecnológico nacional”, exija que o controle da organização se estenda ao poder decisório para desenvolver ou absorver tecnologia e imponha percentuais de participação de pessoas físicas do país em seu capital. O texto também prevê que aquisições de bens e serviços pelo poder público

darão tratamento preferencial às empresas brasileiras de capital nacional.

O primeiro relator da proposta, o ex-senador Francisco Dornelles, emitiu em 2014 voto pela rejeição do texto. Ele considerou que a volta da discriminação das empresas brasileiras por origem de capital limitaria a competitividade e traria mais custos do que benefícios ao país.

O projeto foi redistribuído à senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que emitiu relatório favorável. Ela chamou de “crença ingênua” o conceito de que os objetivos do país serão alcançados pela completa liberdade para as empresas. “Processos recentes de desenvolvimento que avançam de maneira acelerada, como é o caso da Coreia do Sul e da China, demonstram claramente a importância de políticas de apoio às empresas nacionais e de direção das ações das empresas estrangeiras para as atividades que interessem ao desenvolvimento nacional”, argumenta.

## Pedro Chaves destaca investimento de R\$ 600 milhões em revolução educacional

Pedro Chaves (PRB-MS) elogiou o governo pelo compromisso de investir na “revolução educacional”. Ele destacou investimentos de R\$ 600 milhões na escola de tempo integral e no ensino médio, lembrando que a distribuição dos recursos dará prioridade às escolas de maior vulnerabilidade socioeconômica.



Waldemir Burenho/Agência Senado

— São dois programas para serem implantados: um que se destina a avaliar o turno integral de ensino e outro que cria as bases de um novo sistema educacional. Chama a atenção a acertada decisão de priorizar os recursos para aquelas escolas de maior vulnerabilidade socioeconômica.

## Ione Guimarães defende carreira de Estado para levar médicos ao interior

Ione Guimarães (PTB-GO) defendeu o fortalecimento do SUS, criado pela Constituição de 1988. Ela elogiou a universalidade do sistema



Waldemir Burenho/Agência Senado

pelo SUS — e a criação de uma carreira de Estado para a profissão de médico. Isso, disse, favoreceria o envio de profissionais para as cidades do interior, que têm menor capacidade de pagar salários atrativos. Ione também pediu mais recursos para a saúde e melhorias na gestão do SUS.

fissionais para as cidades do interior, que têm menor capacidade de pagar salários atrativos.

Ione também pediu mais recursos para a saúde e melhorias na gestão do SUS.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burre  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



# Sindicatos criticam salários de aposentados

Servidores inativos por invalidez adquirida fora do serviço recebem rendimentos proporcionais, enquanto os que ficaram incapacitados em razão do trabalho têm renda integral

A PROPORCIONALIDADE DOS proventos de servidores públicos aposentados por invalidez, prevista na Constituição, foi duramente criticada na audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) de ontem. O objetivo da reunião foi debater a PEC 56/2014, que acaba com o tratamento diferenciado por tipo de invalidez, exigindo apenas a constatação da incapacidade laboral comprovada por perícia médica.

Pela regra vigente, quem começou a trabalhar em órgão público até a publicação da Emenda Constitucional 41, em dezembro de 2003, e se aposenta por invalidez permanente só recebe proventos integrais se a incapacidade decorrer de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável.

Na visão da diretora-adjunta de Assuntos Parlamentares do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Maíra Giannico, a diferenciação atual é injusta porque o Estado deixa de proporcionar o benefício integral no momento em que o servidor mais precisa de recursos para se manter.

— A PEC 56/2014 é benéfica porque extingue a maldade dessa proporcionalidade, independentemente das circunstâncias e da data de ingresso no



Paulo Paim (C) se comprometeu a pedir a votação da proposta, que veio da Câmara e tramita no Plenário

funcionalismo público.

O presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, também lamentou a proporcionalidade. Ele lembrou que existem mais de 2 mil doenças incuráveis catalogadas pela ciência e ressaltou que a maioria dos pedidos de integralidade dos proventos precisa ser judicializada.

— Para se tratar, para prover o sustento de sua família e continuar sua vida, muitos servidores passam a receber uma parcela pequena de sua remuneração, e é isso que precisamos reverter.

A assessora jurídica do Fonacate, Larissa Benevides Gadelha Campos, também ressaltou a importância da PEC para a parcela de servidores que sofre

consequências de fatos imprevisíveis que resultam em incapacidades físicas e intelectuais. Segundo ela, todas as pessoas estão sujeitas a essas situações e, por isso, seus direitos devem ser resguardados, não havendo diferenciações.

— A distinção na concessão do benefício é um erro que já vem de muito tempo. É uma redação antiga que precisa ser revista, justamente como estamos fazendo agora com a PEC 56.

## Renda insuficiente

O coordenador do Grupo Vítimas da Invalidez, José Antônio Milet Freitas, também defendeu a PEC. Segundo ele, a paridade e a integralidade eram esperadas em 2012, com a aprovação da Emenda

Constitucional 70, mas não aconteceram.

Freitas ressaltou ainda que o rol de doenças que podem resultar em aposentadoria é direcionado aos integrantes do Regime Geral da Previdência Social, e não aos servidores públicos. Aposentado por invalidez com proventos integrais, ele afirmou que teve a renda diminuída em 56% quando o benefício foi revisto, em 2012.

— Existem outros casos, como o de um funcionário que teve a renda diminuída para 45% do salário, em Novo Hamburgo [RS], para 66,7%, no Rio de Janeiro, para 43%, em São Paulo, e cerca de outros 40 testemunhos de pessoas que tiveram sua aposentadoria colocada lá embaixo. Eu, por exemplo, preciso do alto custo

[programa federal que fornece medicamentos de alto custo] do governo, porque meus remédios são caríssimos e o salário que recebo mal dá para as despesas.

Na opinião do diretor financeiro da Pública Central do Servidor, Márcio Costa, o servidor aposentado por invalidez está triplamente prejudicado: além de estar acometido por doença, arca com o alto preço dos medicamentos e sofre com consequências psicológicas.

— Essa pauta é um direito nosso e a gente cerra fileira firmemente com um movimento para que a proposta seja aprovada no Senado no tempo mais breve possível.

## Tramitação

A PEC aguarda votação no Plenário, onde já foi discutida em primeiro turno. O vice-presidente da CDH e solicitante da audiência, Paulo Paim (PT-RS), se comprometeu com a causa e disse que aguardará o melhor momento para pedir a votação da proposta.

Caso o texto seja aprovado, as aposentadorias por invalidez permanente já concedidas deverão ser recalculadas, e a regra será extensiva a todos os servidores titulares de cargos efetivos da União.

Se a aprovação acontecer sem alterações no texto que veio da Câmara, a proposta irá à promulgação.

# Comissão de Direitos Humanos deve votar projetos para pessoas com deficiência

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) se reúne hoje e a pauta de votações traz propostas voltadas às pessoas com deficiência. Acessibilidade, reconhecimento e inclusão social são os temas centrais a serem votados.

Um dos projetos define critérios e mecanismo para a avaliação e identificação da pessoa com deficiência (PLS 84/2017). O texto prevê medidas temporárias a serem adotadas enquanto a avaliação biopsicossocial, definida na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146, de 2015), não for implantada pelo Executivo.

O projeto, do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), define que laudos serão suficientes para a identificação da pessoa com deficiência, desde que emitidos por profissionais habilitados para o reconhecimento de condições físicas, mentais, sensoriais ou funcionais expressivamente diferentes dos padrões socialmente construídos e que sujeitem a pessoa a restrições no acesso a bens, serviços e espaços. O texto recebeu voto favorável do relator, Paulo Paim (PT-RS).

Outra proposta na pauta da CDH é o PLS 316/2016, que determina que as pesquisas feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou por outras instituições públicas de



Um dos textos a serem votados define critérios para a identificação de pessoa com deficiência

pesquisa, gerem informações sobre a aptidão para o trabalho das pessoas com deficiência. A intenção da proposta, do senador Romário (Poder-RJ), é facilitar o cumprimento pelas empresas da legislação que estabelece cotas para pessoas com deficiência (Lei 13.146, de 2015). Paim é relator também desse texto.

## Brinquedos

A pauta conta ainda com duas propostas que obrigam estabelecimentos públicos e comerciais a fornecerem melhores condições de acessibilidade e inclusão para crianças com deficiência.

O PLS 433/2017, do senador Cássio Cunha Lima, obriga supermercados, hipermercados, empórios e aeroportos a oferecerem carrinhos de transporte de compras ou de bagagem adaptados para o transporte de crianças com deficiência. Pelo texto, os carrinhos adaptados deverão ser disponibilizados em quantidade proporcional à demanda da clientela. O senador Romário, relator na CDH, votou pela aprovação do projeto.

Já o PLS 382/2011, do ex-senador Vital do Rêgo (MDB-PB), determina que centros de compras com área de lazer infantil tenham pelo menos 5%

dos brinquedos acessíveis para crianças com deficiência. A relatora substituta da proposta, Regina Sousa (PT-PI), é favorável ao texto.

A acessibilidade também é o foco do PLS 650/2011, que obriga os construtores de imóveis financiados pelo programa Minha Casa, Minha Vida a adaptarem as unidades habitacionais para atender necessidades individuais de beneficiários idosos e deficientes. O projeto é de Humberto Costa (PT-PE) e o relator é Paim, que votou pela aprovação da proposta.

## Infância protegida

Os direitos das crianças são ainda abordados no PLS 43/2018, da senadora Regina Sousa. A matéria assegura proteção social a filhos de pais e mães presos, como o incentivo à amamentação para a mãe encarcerada e a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar no caso dos presos e presas com filhos pequenos. Na CDH, o projeto é relatado pelo senador Telmário Mota (PTB-RR), que votou pela sua aprovação.

Antes da análise dos projetos, a comissão deve discutir e votar as emendas do colegiado ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018, na forma do PLN 27/2018, que prevê a receita e fixa as despesas da União para o exercício financeiro de 2019.



# Adiado prazo para emendas ao Orçamento

O prazo foi adiado porque muitos parlamentares ainda estão envolvidos com as eleições. A decisão ainda deve ser oficializada pelo presidente do Congresso, Eunício Oliveira

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) decidiu propor o adiamento, para 8 de novembro, do prazo-limite para a entrega de emendas ao Projeto da Lei do Orçamento de 2019 (PLN 27/2018). Em função do segundo turno das eleições para governador e presidente da República, parlamentares comunicaram a impossibilidade de participar das reuniões da CMO durante esse período.

O presidente da CMO, o deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA), reuniu o colegiado ontem e, em decisão unânime, a proposta de adiamento foi aprovada. Segundo ele, é necessário agora oficializar o novo calendário junto ao presidente do Congresso, senador Eunício Oliveira.

— Temos de informar ao presidente Eunício sobre a proposta do novo cronograma de tramitação do Projeto da LOA 2019. Via de regra, o presidente do Congresso homologa as decisões da CMO, mas por uma questão de hierarquia, ele tem de ser comunicado — disse.

Para adaptar o novo cronograma, a apresentação do Relatório da Receita e do Relatório Preliminar do Orçamento também deverá ser postergada. Teoricamente, os Relatórios Setoriais e o Relatório-Geral não precisarão ser adiados, porque devem votados em 27 de novembro e 8 de dezembro, respectivamente. Assim, a Lei Orçamentária de 2019 poderá ser votada a partir de 9 de dezembro pelo Congresso.

Hoje a CMO deve votar três créditos especiais e um suplementar que somam cerca de R\$ 83 milhões.

Saiba mais sobre o orçamento: [senado.leg.br/orcamentofacil](http://senado.leg.br/orcamentofacil)



Ana Amélia (2ª à esq.) destaca o papel da Embrapa no setor

## Setor agropecuário poderá ser beneficiado com mais de R\$ 1 bi

Mesmo com o adiamento do prazo para a apresentação de emendas, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem o relatório do senador Lasier Martins (PSD-RS), que definiu quatro emendas de apropriação a serem apresentadas ao Projeto da Lei Orçamentária para 2019.

O relatório definiu o acréscimo de R\$ 106 milhões ao setor de pesquisa e desenvolvimento tecnológico para a agropecuária da Embrapa, R\$ 300 milhões para o fomento do setor agropecuário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), R\$ 300 milhões para o setor de promoção e fortalecimento da agricultura familiar da Casa Civil e mais R\$ 300 milhões para o desenvolvimento de assentamentos rurais do Incra.

Foram 81 propostas de emenda apresentadas à CRA, porém, apenas oito poderiam ser submetidas à votação, sendo quatro

de acréscimo e quatro de remanejamento.

O relator justificou sua escolha, afirmando que 38 sugestões foram de ação orçamentária para a agricultura. Por isso, Lasier optou por priorizar esse setor e não acolheu nenhuma de remanejamento.

— Nossa seleção se baseou, sobretudo, na frequência com que determinada ação orçamentária ou órgão orçamentário foi prestigiado nas propostas de emendas apresentadas — afirmou.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) parabenizou o relatório por destacar o papel da Embrapa no campo da pesquisa agropecuária do país.

— De toda produção agropecuária brasileira, pelo menos 68% dizem respeito à aplicação da ciência e da tecnologia no setor. Graças a isso foi possível ampliar muito a produção em menor área utilizável, com uma preservação ambiental extraordinária.



Ao lado de Tasso Jereissati, Dalirio Beber explica o relatório a ser votado

## Aeronave de transporte militar da Aeronáutica deve receber recursos

Uma das propostas de emenda que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá apresentar ao projeto de lei orçamentária de 2019 destina-se ao desenvolvimento da aeronave de transporte militar e reabastecimento em voo, o KC-390, fabricado pela Embraer.

A aeronave deverá ser usada no auxílio a calamidades, transporte de pessoal e apoio a localidades de difícil acesso, entre outros.

A emenda é uma das quatro propostas que constam do relatório do senador Da-

lirio Beber (PSDB-SC), que será votado na Comissão de Assuntos Econômicos. O texto seria analisado ontem, mas foi adiado por falta de quorum.

### Escolhas

De acordo com Dalirio Beber, das 61 propostas apresentadas, foram escolhidas quatro sobre os temas que mais tiveram indicações dos senadores para ir à votação.

— Nós esperamos eleger as quatro que mais contemplem as necessidade de setores importantes da economia — afirmou o senador.

### Propostas que serão analisadas

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	AÇÃO	VALOR
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	Promoção do desenvolvimento de micro e pequenas empresas e artesanato	R\$ 100 milhões
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	Promoção do desenvolvimento industrial	R\$ 134 milhões
Comando da Aeronáutica	Desenvolvimento de cargueiro tático militar de 10 a 20 toneladas	R\$ 300 milhões
Ministério da Fazenda	Auxílio financeiro aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para o fomento das exportações	R\$ 10 bilhões

## Texto zera PIS/Pasep e Cofins na importação de medicamentos

Os remédios importados poderão ficar isentos da incidência das contribuições para o PIS/Pasep e a Cofins. Projeto com esse objetivo tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com o PLS 279/2013, ficam reduzidas a zero as alíquotas dos dois tributos incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de medicamentos de uso humano, sempre que a aquisição se der por União, estados, Distrito Federal ou municípios.

A proposta será analisada pela CAE em caráter terminativo.

Em junho de 2014, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou relatório apresen-

tado pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). O texto foi então encaminhado para exame da CAE, onde foi alterado por Benedito de Lira (PP-AL). Em agosto de 2015, a proposta foi retirada da pauta para reexame a pedido do próprio relator. Em agosto, Benedito devolveu o relatório

à comissão, em virtude de não mais pertencer aos quadros do colegiado.

O texto original determina a isenção sobre a compra de equipamentos hospitalares e medicamentos. Em seu relatório, Benedito retira o termo “equipamentos” do projeto, por entender que eles já estão

contemplados na Lei 13.043, de 2014, que prevê desoneração tributária na venda de materiais destinados a uso médico, hospitalar, clínico ou laboratorial.

“As medidas contidas no PLS 279/2013 têm potencial para reduzir a carga tributária suportada pelo segmento farmacêutico nas vendas a órgãos públicos. O benefício fiscal abrangerá apenas os medicamentos, não os equipamentos e materiais”, observa Benedito em seu relatório.

O texto original prevê ainda que a isenção ocorreria em compras efetuadas “por órgão do poder público”. Alteração feita pelo relator, porém, tornou específico o alcance das aquisições.

“A primeira redação poderia

dar margem à interpretação segundo a qual o benefício valeria apenas para as aquisições realizadas pela administração pública direta, por conta do termo “órgão”. A redação proposta é mais abrangente, incluindo expressamente as fundações e as autarquias, como os hospitais universitários, por exemplo”, explica o relator.

A elevada carga tributária incidente sobre os medicamentos foi o principal argumento usado na sua justificativa do projeto.

De acordo com o autor da proposta, o ex-senador Cícero Lucena, a medida facilitará o acesso aos serviços de saúde e a aquisição de medicamentos e equipamentos a preços mais baratos pelo governo.



Projeto amplia acesso a remédio importado, que tem alta carga tributária